

A condicionalidade da educação: os paradoxos do Estado no cotidiano das titulares do programa Bolsa Família

Isabela Vianna Pinho¹

Resumo:

No presente texto serão apresentadas algumas questões fundamentais da minha pesquisa de mestrado, cujo objeto principal se centra na condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família (PBF) a partir, sobretudo, do cotidiano de titulares moradoras do bairro Eduardo Abdelnur no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Como objetivo geral, o estudo busca compreender as relações entre o cotidiano dessas mulheres e o mundo comum, tomando como objeto central articulador dessas relações a condicionalidade da educação de tal política. Interessa observar se as condicionalidades inibem ou, por outro lado, estimulam as representações das titulares no mundo público; se aumentam, de fato, quem tem ou não acesso aos direitos sociais; se segregam ou conectam essas mulheres ao mundo comum; se as tornam ou não mais sujeitos políticos. Tendo em vista o objetivo proposto, a pesquisa é de natureza qualitativa e propõe uma pesquisa empírica de caráter etnográfico. Espera-se alcançar os objetivos desta pesquisa a partir do conjunto de procedimentos já consagrados nas etnografias urbanas e institucionais, isto é, aqueles que privilegiam três frentes associadas de investigação: as visitas e encontros de observação reflexiva de atividades cotidianas e rotineiras, a realização de entrevistas em profundidade e a coleta de documentação de interesse. No que se refere aos resultados obtidos até o momento da escrita deste texto, a pesquisa encontra-se em fase de intenso trabalho de campo. Tenho frequentado o bairro três vezes por semana para observar o cotidiano de diferentes titulares e suas famílias. Além do residencial, também frequento o Cadastro Único, onde tenho entrevistado a chefe da divisão e a pessoa responsável por gerir as condicionalidades de todas as famílias beneficiárias do município. A pesquisa de campo tem, portanto, trazido resultados satisfatórios. A fase de análise dos dados obtidos ainda é bastante preliminar, o que dificulta chegar a conclusões propriamente ditas.

Palavras-chaves: Bolsa Família; Estado; Gênero.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família

Com mais de uma década de existência, hoje - mais precisamente em março de 2017 - o Programa Bolsa Família beneficia cerca de 13,6 milhões de famílias, sendo considerado o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo. Se multiplicarmos rapidamente esse número de famílias beneficiadas pelo número de integrantes que elas

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar); mestranda; isaviannapinho@hotmail.com.

contêm seriam cerca de 40 milhões de beneficiários diretos e indiretos pelo programa (estimando rapidamente uma média de três pessoas por família). O repasse somente nesse mesmo mês de referência foi de 2,4 bilhões de reais. É importante mencionar o potencial do programa como efeito multiplicador sobre a economia, para cada 1 real em repasse, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresce 1,78 reais. Ademais, vale lembrar que o orçamento do Bolsa Família representa entre 0,3% e 0,5% do PIB.²

Na perspectiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), as condicionalidades do programa consistem em alguns compromissos das famílias beneficiárias, bem como do poder público em garantir a oferta e qualidade de serviços na saúde, educação e assistência social. Além disso, faz parte do discurso estatal que, através do monitoramento e gestão das condicionalidades feito pelos três níveis de governo federal, estadual e municipal, torna-se possível identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos. Após essa identificação, deve-se encaminhá-las para a rede de assistência social, com o propósito de que essas possam superar tal situação de vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos. Ademais, nessa perspectiva as condicionalidades podem contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes concluam a educação básica, tendo, dessa forma, melhores condições de vencer o ciclo de pobreza (MDS, 2017).

Na prática, os responsáveis devem matricular todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e a frequência escolar deve ser de, no mínimo, 85% para quem possui de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos. Já na área da saúde, as crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento. As mulheres gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas médicas. O acompanhamento da frequência escolar é bimestral, já na área da saúde é semestral.

São aplicados efeitos gradativos nas famílias que se encontram “em descumprimento” das condicionalidades. Primeiro a pessoa recebe uma advertência que não afeta seu benefício. Se, no período de até seis meses, o descumprimento se repete, há o bloqueio do benefício (a família fica sem receber por um mês e esse pode ser sacado no próximo). Se depois de bloqueado, ocorrer novo descumprimento no período de seis meses, o benefício é suspenso por dois meses sem possibilidade de reaver as parcelas. O último e mais grave efeito é o cancelamento que só deve ocorrer após a família ter passado por acompanhamento da assistência social. Escolhi apenas focar na condicionalidade da educação

² Informações disponíveis em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsa-familia-evita-o-colapso-decidades,70001653194>. Último acesso em: 30/06/2018.

por existirem mais famílias em situação de “descumprimento” dessa condicionalidade quando comparadas às da saúde, as primeiras causam menos efeitos que as últimas, conforme observado na rotina do cadastro único³.

A pesquisa

Este texto se propõe a apresentar algumas questões centrais da minha pesquisa de mestrado⁴ ainda em andamento, cujo objeto principal se centra na condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família (PBF) a partir, sobretudo, do cotidiano de mulheres titulares⁵ moradoras do bairro Eduardo Abdelnur⁶ no município de São Carlos. Já completados quinze anos de implementação, muitos estudos se dedicaram a estudar o programa, sobretudo pelo seu desenho institucional; aqui o olhar parte por outro caminho que não o estatal e institucional, de espaços formais, sim das trajetórias de mulheres beneficiárias dos programas Bolsa Família (PBF) e Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que moram nesse bairro. Defendo que as condicionalidades do programa foram pouco trabalhadas a partir do cotidiano das titulares, não levando em consideração, por exemplo, a coexistência de outros regimes normativos em suas vidas (FELTRAN, 2014).

Como objetivo, a pesquisa busca compreender, de um modo específico, as relações entre o cotidiano de mulheres titulares do programa Bolsa Família e o mundo comum (ou cena pública), tomando como objeto central articulador dessas relações a condicionalidade da educação de tal política social. Específico e contextual porque a análise parte de uma única

³ Quando faço referência ao Cadastro Único, existem duas diferenças: o espaço físico de atendimento dentro da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social ou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que, segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social (2018), “é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população” e pode ser considerado a porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. Entre os anos de 2014 e 2016 fiz estágio como entrevistadora do Cadastro Único dentro da sede da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município de São Carlos.

⁴ Projeto aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. A autora é integrante do Na Margem – Núcleo de Pesquisas Urbanas UFSCar/CEM e bolsista CAPES.

⁵ As mulheres (quase sempre mães) “usuárias”, “sujeitos receptores”, “públicos-alvo”, “bolsistas”, “beneficiárias”, “responsáveis familiares” ou “titulares” são alvo e cumprem papel chave na implementação dos programas sociais brasileiros. Isto pode ser visto no próprio Decreto Nº 6.135, 26 de junho de 2007, artigo 6º que se refere ao programa, “o cadastramento de cada família será vinculado a seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher”. A denominação “beneficiário” é a utilizada pelo MDS para pessoas que usufruem do programa, direta (enquanto menor dependente) ou indiretamente (enquanto membro adulto do domicílio) e é diferente do termo “responsável familiar”. Opto aqui, como fez GEORGES e SANTOS (2016) pelo termo “titulares” para evidenciar o fato de que elas não apenas recebem o benefício como devem cumprir às condicionalidades, além de que elas próprias não se identificam frequentemente com o termo do MDS. Por esses motivos expostos acima, utilizarei a desinêncina feminina.

⁶ No dia 26 de abril de 2016, as chaves do mais recente residencial em São Carlos foram entregues às 986 famílias contempladas pelo programa federal “Minha Casa Minha Vida” faixa 1.

articulação - entre tantas outras possíveis - das titulares e o mundo comum, ou seja, a da condicionalidade da educação. Além disso, nesse jogo de relações, me interessa mais propriamente aquelas que conformam o que é chamado de Estado⁷ e, ademais, a pesquisa está situada somente nos territórios do residencial Eduardo Abdelnur e no Cadastro Único (apenas com a chefe da divisão e com a coordenadora municipal do PBF na condicionalidade da educação).

Importa - através da pesquisa com caráter etnográfico que privilegia a trajetória das titulares - mostrar os entrecruzamentos, as dinâmicas e movimentos, as relações e articulações, os fluxos e nexos, bem como as divisões, demarcações, tensões, disputas e conflitos *entre* Estado e margem, cena pública e universo cotidiano de beneficiárias, esfera pública e privada. O próprio cotidiano e a existência dessas mulheres deflagra a centralidade do caráter relacional, isto porque elas negociam a todo o momento, elaboram suas táticas a partir da relação com o outro e, no limite, passam a existir relacionalmente enquanto beneficiárias. Sustento, portanto, que a própria condicionalidade por si só é relacional. Ela pode exercer a mediação, a interface, a articulação entre o universo das titulares e a cena pública, entre a esfera pública e privada. Ela pode conectar, mas também pode segregar, regular e controlar.

No que se refere aos objetivos específicos, me interessa: (a) apreender a articulação dos marcadores de diferença (gênero, renda, origem social, geração, raça/cor, trabalho e nível educacional) a fim de compreender os perfis das mulheres titulares; (b) analisar as interações que se dão entre a pessoa responsável pelas condicionalidades e as titulares do programa, observando as possíveis negociações e conflitos; (c) etnografar o cotidiano das titulares que vivenciam ou vivenciaram situações de “descumprimento” da condicionalidade da educação, a fim de analisar os espaços institucionais que elas circulam e agentes que mobilizam; (d) mapear a literatura de interesse à pesquisa, ou seja, os cruzamentos entre as bibliografias de implementação, gênero e políticas sociais.

A hipótese subjacente a pesquisa sustenta que, a partir das relações entre mulheres titulares e o mundo público, articuladas pela condicionalidade, parecem emergir paradoxos constitutivos ao próprio programa e, mais precisamente, ao próprio Estado. Os paradoxos

⁷ Essas mulheres interagem com diversos agentes (não) estatais e percorrem uma série de espaços (não) institucionais como, por exemplo, escolas, creches, postos de saúde, secretarias municipais, CRAS, CAPS, cadastro único, conselho tutelar, bancos, lotéricas, igrejas, delegacias, grupos criminais, polícia, etc. Dentro desse universo do mundo comum, me interessa, sobretudo, pensar naqueles que conformam o que é denominado comumente como Estado.

seriam, por exemplo, a coexistência do controle e do cuidado, do empoderamento ou da reificação das divisões de gênero, da feminilização da pobreza e da autonomia.

Tendo em vista os objetivos propostos, a pesquisa é de natureza qualitativa e propõe uma pesquisa empírica de caráter etnográfico que dará continuidade às pesquisas empreendidas durante minha monografia de conclusão de curso. Utilizo como universo empírico de análise o bairro Eduardo Abdelnur e o Cadastro Único de São Carlos. A escolha desses espaços se deve a alguns fatores: (a) pelo contato prévio - proporcionado tanto pela experiência profissional anterior, quanto pela monografia que facilitam a entrada no campo - com mulheres moradoras do bairro e com a coordenadora responsável pelas condicionalidades; (b) muitas moradoras recebem o benefício do PBF; (c) o bairro ainda não possui equipamentos públicos e, portanto, existem dificuldades de acesso a alguns serviços, como escolas e creches; (d) o Cadastro Único pode servir como espaço mediador que permite analisar as interações e conflitos que se dão nesse território quando é necessário resolver (ou não) questões referentes às condicionalidades.

Espera-se alcançar os objetivos desta pesquisa a partir do conjunto de procedimentos já consagrados nas etnografias urbanas e institucionais, isto é, aqueles que privilegiam três frentes associadas de investigação: as visitas e encontros de observação reflexiva de atividades cotidianas e rotineiras, a realização de entrevistas em profundidade e a coleta de documentação de interesse. As entrevistas em profundidade têm como foco a busca por trajetórias de vida pessoais em relação, sobretudo, com contextos familiares, espaços institucionais e de sociabilidade, o que permitirá mapear a rede de conexões e espaços pelos quais se circula. As entrevistas são gravadas sempre que possível e transcritas integralmente. As incursões etnográficas são registradas em diários e notas em cadernos de campo ou ditados ao gravador após os momentos de observação, entrevista ou coleta de documentos.

Certas técnicas de pesquisa utilizadas principalmente por/com mulheres me trazem inspiração e servem como técnicas complementares. Como exemplo, tem-se a adesão de fotografias como muletas de memória (SIMSON, 1992), o uso de desenhos e as oficinas de fuxico (BANDINI,C.A.; SILVA,M.A.M, 2011). Tais técnicas podem trazer resultados inesperados como revelar o indizível, o silêncio e resgatar as memórias mais profundas.

Esta pesquisa se insere no cruzamento das análises entre (a) implementação das políticas sociais contemporâneas, (b) relações de gênero e (c) condicionalidades, a partir das trajetórias de titulares. Não caberia tratar neste texto de toda a bibliografia de interesse, portanto a próxima sessão abordará somente alguns dos conceitos-chave.

Estado, cotidiano, mundo comum, regimes normativos, política

Como ponto de partida, a pesquisa visa fugir tanto da imagem consolidada de Estado como forma administrativa de organização política racionalizada, como da ideia de esvaziamento, menor articulação e enfraquecimento das formas de regulação e pertencimento que o constituem e que se crê não estar nas margens. Em contrapartida, a perspectiva adotada aqui é enxergar as margens como espaços em que o Estado é formado continuamente na vida diária, ou seja, como as práticas políticas de vida nesses espaços moldam as práticas de regulação e disciplina do que denominamos como aparelho estatal e vice-versa. As margens são tomadas nesta pesquisa como pressupostos necessários à existência do primeiro e não como um espaço fora desse, não são simplesmente lugares periféricos, mas atravessam o interior do corpo político estatal como rios que fluem através do território (DAS e POOLE, 2008; DAS, 2004; SCOTT, 2011).

Nessa perspectiva, o Estado é reformulado e reconstruído sob novas formas a todo o momento, nas interações e negociações da vida social. Devido ao fato de ser sempre um projeto inacabado, ele é melhor observado em suas margens. Interessa observar, portanto, o Estado pelas práticas, lugares e linguagens que são considerados as margens territoriais, conceituais, espaciais e/ou sociais do estado-nação (DAS e POOLE, 2008; DAS, 2004; SCOTT, 2011).

Ao analisar os camponeses da Malásia, James Scott (2011) desenvolve o conceito de “resistência cotidiana” como expressão da luta diária entre sujeitos das classes dominadas e aqueles que lhe extraem trabalho, comida, impostos, rendas e juros. Essa resistência “se expressa na forma de corpo mole, dissimulação, falsa aquiescência, furto, ignorância fingida, calúnia, incêndio ou sabotagem” (SCOTT, id.: p.243). Essas lutas, na maioria das vezes, não necessariamente consistem no caráter de confrontação coletiva e, da mesma forma, não são sempre dirigidas à fonte imediata de apropriação. Elas não têm objetivos simbólicos de confrontação com a autoridade ou as normas da elite, de contestar as hierarquias e o poder. Estão mais preocupadas, de outro modo, com ganhos imediatos de satisfação e de necessidades básicas. Isto não significa dizer, na visão do autor, que os dominados se submetem passivamente a ordem estabelecida, nem que exista uma “hegemonia” ideológica. Pelo contrário, nota-se em sua argumentação a existência de agencia nos processos da vida diária, nos atos de resistência.⁸

⁸ Essa referência foi fundamental para pensar nas lutas diárias de mulheres beneficiárias do PBF, elas que circulam pelos labirintos (não) estatais e que são mobilizadas e mobilizam diversos agentes (não) institucionais.

Pensar por essas perspectivas permite que se quebre e que se abra a solidez geralmente atribuída ao Estado. Além disso, elas são importantes para compreender como o Estado gerencia as populações nas margens, mas também como aqueles que vivem nelas navegam pelas lacunas existentes entre as leis e sua implementação, como negociam em torno das linhas tênues entre o legal e o ilegal. É precisamente nas brechas que parecem incoerentes que as pessoas encontram recursos para enxergar o Estado simultaneamente como “ameaça e garantia”. No reino da ilegibilidade é possível ler como o Estado se reencarna sob novas formas (DAS, 2004).⁹

Dessa forma, a escolha do termo “cotidiano” ajuda a pensar nas lutas diárias de mulheres titulares que vivenciam problemas relacionados à condicionalidade da educação no PBF. Elas podem utilizar-se de diversos instrumentos ou recursos a depender das negociações cotidianas, ora podem significar consentimento, ora resistência, entre outras possibilidades, de forma que se reconstruam social e subjetivamente nesse processo dinâmico da vida social.

Convém, ainda, discutir brevemente sobre as noções de mundo comum, regimes normativos, política e direitos sociais. Esses que são categorias significativas para a pesquisa, pois me interessa observar no cotidiano das mulheres titulares se as condicionalidades inibem ou, por outro lado, estimulam suas representações no mundo público; se restringem, de fato, quem tem ou não acesso aos direitos sociais; se segregam ou conectam essas mulheres ao mundo comum; se as tornam ou não mais sujeitos políticos.

Primeiramente, as noções de mundo comum, mundo público ou cena pública sustentadas na pesquisa levam em consideração principalmente as formulações de Arendt (1987). A autora os designa como um espaço de visibilidade, da aparência dos indivíduos no espaço público que ao menos tempo que os separa, estabelece uma relação entre eles, conectando-os e separando-os simultaneamente. Existe uma sensação de pertencimento a um

Scott (2011) coloca em evidência a agência e a resistência nos sujeitos ditos “dominados” em situações como, por exemplo, o silenciamento ou quietude. Esses últimos que geralmente são vistos como formas de submissão, consentimento ou cumplicidade. A utilização do termo “resistências cotidianas” na minha pesquisa, entretanto, pode soar com certa unilateralidade, como se essas mulheres estivessem sempre em confronto e resistindo ao Estado, o que não necessariamente acontece. Por esse motivo, optei por não utilizar “resistências cotidianas”, e sim o termo “cotidiano” para pensar o universo privado, suas trajetórias, seus cotidianos. Devo reconhecer alguns problemas, sobretudo o risco de preservar as divisões estanques, clivagens ou bipolaridades que busco fugir e que estou sempre em alerta nesta pesquisa.

⁹ Para Das (2004), o Estado possui um aspecto paradoxal, uma dupla existência que oscila entre um modo racional de ser e um modo mágico de ser. Enquanto entidade racional, o Estado está presente na estrutura de regras e regulações incorporadas na lei e instituições necessárias à sua implementação. Nas margens da vida cotidiana, o Estado adquire uma presença através de práticas locais que a autora chama de “mágicas”. O Estado institui formas de governança através das tecnologias da escrita e institui, simultaneamente, a possibilidade da fraude, imitação e encenação mimética de seu poder. Na ilegibilidade da lei e na iterabilidade da escrita – na situacionalidade de enunciações – se faz um modo por meio do qual o poder estatal é produzido e, simultaneamente, no reino da ilegibilidade que é possível ler como o Estado reencarna sob novas formas. Este é o paradoxo que a autora alerta.

mesmo espaço comum, mas nesse existem lugares ou intervalos diferentes a serem ocupados. Ademais, é o espaço da palavra e da ação, da liberdade, da política.

Para Feltran (2014), há um “repertório de regimes normativos” – estatal, do “crime” e religioso - que coexistem nas periferias urbanas e que ordenam a vida social. Embora os três sejam distintos e vivam em tensão entre si, eles encontram coesão no fato de regularem mercados monetarizados, o dinheiro que passa a mediar centralmente à relação entre os grupos recortados. Dentro dessa cena pública explicada acima, interessa analisar principalmente a relação das mulheres com o regime normativo estatal, porém suas relações com outros regimes também devem ser observadas e descritas quando for necessário.

Utilizo aqui a categoria política baseada principalmente no Rancière (1995, 1996a, 1996b, 2005) que, em sua visão, se institui por um dissenso ou desentendimento. Nesses termos, a política não se restringe às disputas de poder entre atores em espaços apenas institucionais. Ela pressupõe, na realidade, um conflito anterior, subjacente à própria instituição desses espaços e atores, ou seja, na própria conformação dos critérios, dos modos de ser, das partes e divisões, na constituição mesma do mundo público. Como afirma Feltran (2011), a política se constrói justamente no jogo de trânsitos e bloqueios, entre os espaços locais e privados e, ao mesmo tempo, em dimensões para muito além deles.

Os “novos” programas sociais e as relações de gênero

Os “novos” programas sociais latino-americanos implementados a partir dos anos noventa podem ser considerados, na visão de Santos (2016), como pontos de convergência entre dois campos distintos: o da proteção social em âmbito nacional e o do desenvolvimento social em âmbito internacional. A autora defende que existe uma base comum entre esses, essencial na efetivação de tais programas: a existência de uma gestão sexuada, fundamentada principalmente na “divisão sexual do trabalho” e na disposição feminina para o cuidado. O aspecto que aproxima esses dois campos, portanto, é a emergência de políticas “sensíveis” às relações de gênero.

Com referência às novas iniciativas brasileiras e latino-americanas que visam o combate à reprodução da pobreza e, mais especificamente, das políticas de assistência social e saúde, a família se constitui como porta de entrada e referência de gestão (MIOTO, 2010; SARTI, 2010; SANTOS, 2016). A família é a unidade de intervenção e a mulher, na condição de mãe, a responsável familiar. Dessa forma, os “novos” programas sociais foram desenhados com base na mediação feminina, as mulheres cumprem um papel “pivô” (SANTOS, 2016).

Georges e Santos (2013), através da análise de uma política específica de assistência social no município de São Paulo, demonstram a existência de uma gestão social fortemente caracterizada pela presença feminina, com trabalhos voltados aos “cuidados”, além de serem elas as responsabilizadas pela interface entre as esferas pública e privadas. Essas mulheres assistidas são, ao mesmo tempo, alvo da atividade de moralização e transformação social. Sempre na condição de mães ou esposas, nunca como indivíduos independentes, elas seguem as orientações dadas pelos programas e serviços para o fortalecimento de vínculos familiares e cumprimento do dever parental de garantir a educação e saúde das crianças. Ainda segundo as autoras, existe certa forma de operacionalização de uma gestão sexuada do social e da pobreza nas políticas assistências contemporâneas voltadas às famílias, essa que produz novas formas de desigualdade, especialmente entre as mulheres. Isso faz com que se ofusque, na visão das autoras, a escassez de medidas reais como, por exemplo, o acesso à qualificação, trabalho e creches.

Seguindo a discussão de gênero e políticas sociais, através de pesquisa com um survey aplicado na cidade do Recife, Lavinias et al. (2012) buscou analisar os efeitos do PBF na autonomia de mulheres, essas que vivem nos estratos mais pobres da população, com graus de escolaridades incompletos e prevalência de famílias monoparentais. Para a autora, embora haja um real e indiscutível ganho de bem-estar às famílias beneficiárias, no que se refere às melhoras nas relações intrafamiliares e na qualidade de vida, o PBF não tem efeito direto sobre o empoderamento de gênero.

Já a autora Molyneaux (2006) analisa o Programa mexicano de Transferência Condicionada de Renda criado em 1997, nomeado como “Oportunidades”. Em sua visão, ele exemplifica o princípio da “maternagem”, questão central dos novos programas de combate à pobreza na América Latina. As crianças são o foco central e as mulheres estão incorporadas dentro de seu desenho, porém, de uma forma que o sucesso desses depende em grande medida à divisão de gênero. Embora exista um empoderamento referente ao subsídio financeiro, a autora argumenta que o programa reforça a divisão social que reproduz as assimetrias de gênero.

Finalizando essa breve discussão, na visão de Sorj (2014) não é novidade no Brasil a focalização das políticas sociais nas mulheres, elas frequentemente foram o alvo de programas sociais de alívio à pobreza. Esses que, em sua visão, são baseados em premissas sobre a posição assimétrica de gênero (mães como dependentes e homens como provedores da família). Porém, a partir dos anos 2000, o lugar das mulheres em tais programas se amplia e se modifica. Segundo ela, esse novo modelo dá ênfase a mecanismos participatórios de

provisão do bem-estar, noções de empoderamento dos pobres e de corresponsabilidade das comunidades no desenvolvimento social local. Tal modelo é contrário ao anterior de cidadania, onde os pobres eram vistos em situação de passividade e dependência do Estado.

Ainda segundo Sorj (2014), esses novos programas baseiam-se na mobilização de mulheres e de normas culturais de feminilidade e maternidade, seja como operadoras ou beneficiárias. Há um paradoxo nessas políticas: ao mesmo tempo em que promovem uma reforma da subjetividade ancorada no desenvolvimento de self ativo e individualizado das mulheres, essas se chocam com as normas tradicionais de gênero que colocam as mulheres como “cuidadoras dos outros”.

Considerações Finais

O presente texto buscou apresentar, de forma sintética, algumas das questões centrais da minha pesquisa de mestrado, como o objetivo, metodologias, conceitos-chave e discussão teórica. No momento da escrita deste texto, a pesquisa encontra-se em fase de intenso trabalho de campo que tem trazido reflexões e resultados surpreendentes, porém as análises ainda não são tão consistentes, o que me fez optar por não as publicar no momento. Frequento o bairro pelo menos três vezes por semana, acompanho o cotidiano de quatro mulheres e suas respectivas famílias, fiz entrevistas gravadas e diversas anotações em diários de campo, coletei desenhos das titulares e de seus filhos e acompanhei algumas vezes o trajeto de ônibus para leva-los e busca-los nas creches e escolas.

No Cadastro Único também entrevistei a coordenadora do PBF na condicionalidade da educação e com a chefe da divisão em três encontros distintos. A pesquisa tem trazido resultados muito satisfatórios quando ao avanço etnográfico; as análises, entretanto, ainda carecem de maturidade, por isso a escolha de não as apresentar aqui.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- BANDINI, Claudirene Aparecida; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Revelando o indizível na oficina de fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 61-90, 2011.
- DAS, Veena. *The Signature of State: The Paradox of Illegibility In Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, pp. 19-52, 2008.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp/CEM, 2011.

- FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *CRH [online]*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512. Set./Dez. 2014.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. A produção da demanda: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, N.; FELTRAN, G. (Orgs.) *Sobre Periferias. Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 159-177, 2013.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia. *As novas políticas brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- LAVINAS, Lena; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, n. 10(6), Jan./Jun. 2012.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br>> Último acesso em: 26/10/2017.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Último acesso em: 30/06/2018.
- MIOTO, Regina Celia Tamasso. A Família como Referência nas Políticas Públicas: dilemas e tendências. In: Trad, Leny A. Bonfim. (Org.). *Família Contemporânea e Saúde: Significados, Práticas e Políticas Públicas*. 1ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, v. 1, p. 51-66.
- MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progress/ Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. *Social Policy & Administration*, Nova York, vol. 40, nº 4, pp. 420-449, Aug. 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996a.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: *A crise da razão*. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- SANTOS, Yumi Garcia dos. Gênero e pobreza na proteção social e no desenvolvimento social: convergências de agenda por meio de uma gestão sexuada. In: *As novas políticas brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres* (re-edição). 7ª. ed. São Paulo: Cortez, v. 1. 152p. 2011.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5. Brasília, pp. 217-243, Jan./Jul. 2011.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; LEITE, M. L. M.. Imagem e Linguagem: reflexões de pesquisa. In: Alice Beatriz da S. G. Lang. (Org.). *Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica*. São Paulo: C.E.R.U., v. 3, p. 117-140, 1992.
- SORJ, Bila. O care na nova Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo agenda de combate à pobreza no Brasil. *Document de Travail du Mage*. v. 18, p. 359-365, 2014.